

BLOG DO PPG

1. Justificativa

Os corredores de uma escola refletem, em grande medida, o que ela é. Os espaços de convívio da academia – não somente com suas áreas físicas, mas com seus boletins, panfletos, cartas, cartazes, intercâmbios de leituras e vivências – foram, tradicionalmente, lugares de efervescência política e cultural, ademais de constituírem a caixa de ressonância dos grandes debates jurídicos de sua época, tanto os locais como os nacionais ou internacionais.

Atualmente, porém, o meio acadêmico está desfigurado. Na maioria das escolas, os corredores ressoam ecos das vaidades dos notáveis; neles ricocheteiam as rivalidades entre correntes de pensamento ou grupos que disputam o poder; zune, ainda, a maledicência generalizada, quando não o simples apetite em relação à vida privada alheia, que caracteriza a subsunção dos horizontes coletivos ao arrivismo ou à apatia.

São muitas as razões que conduzem a este estado de coisas. Vale destacar, em primeiro lugar, o tecnicismo e a hiper-especialização do conhecimento jurídico, que fazem do jargão profissional um idioleto, e das respectivas disciplinas um verdadeiro refúgio, a apartar os juristas do mundo em que vivem, como se realmente existisse o tal “mundo jurídico” dos positivistas. Do mesmo modo que a sociedade não entende o que dizemos, passamos a não nos interessar pelo que diz a sociedade – e ela segue dizendo muito, na exuberância não-acadêmica da realidade, sobretudo em suas expressões artísticas.

Entre os docentes, é incontestemente a acentuada redução do grau de erudição dos juristas, e a míngua de sua atuação política, tanto dentro da própria academia como fora dela. Foi-se o tempo em que, nos corredores, falava-se dos filmes mais polêmicos com entusiasmo; lia-se com avidez os livros recém-lançados ou se importava os grandes títulos antes que eles fossem traduzidos no Brasil; organizava-se saraus literários, fazia-se poesia, pululava a política.

No império presente do pragmatismo, salvo honrosas exceções, as Faculdades de Direito discutem, no máximo, aquilo que envolve o Judiciário ou a Lei. Ainda assim, neste debate já tão limitado em seus temas, não raro predomina o mesmo senso comum que provavelmente orientaria idêntica discussão entre pessoas que não tiveram oportunidade de chegar aos bancos da educação superior.

Os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, ainda que constituam um benefício global para a implantação da república na área educacional, sufocam os programas e seus atores no espartilho de indicadores quantitativos e qualitativos de consensualidade impossível, a menos que fosse suprimida a pluralidade inerente à própria academia.

As publicações dos professores e alunos são tolhidas pela pauta das revistas catalogadas, restando pouco espaço para o ensaio, ou mesmo para textos não-acadêmicos, que simplesmente expressem as reflexões ou reações dos universitários sobre o que os cerca. Mesmo as publicações acadêmicas vocacionadas à aceitação em periódicos reconhecidos pelos rankings oficiais, sofrem com a demora para publicação que caracteriza as mais conceituadas revistas.

Os alunos enfrentam dificuldades adicionais em matéria de espaços de expressão. Acostumados ao escasso nível de exigência dos seus graus anteriores de formação, vivenciam as tarefas acadêmicas da pós-graduação como desafios hercúleos e costumam passar os períodos de créditos obcecados pelos *papers* e seminários que lhes tocam.

Findos os créditos, tendem a perder o contato com o ambiente do programa. Pouco vivenciam dos eventos promovidos pelo curso, mas ainda menos do entorno cultural que a universidade oferece, e que oferecem também a cidade onde vivem, e outras a que poderiam aceder. À já restritiva pergunta: este evento é jurídico., adicionam-se outras: esta notícia é interessante para minha tese? este evento é de presença obrigatória?

Sua postura é fruto da acelerada mutação dos suportes (mídia e internet) da relação estabelecida pelos jovens com a cultura. Se é verdade que o horizonte coletivo encurtou-se diante do ensimesmamento do individualismo consumista, por outro lado, a abundância de informação impõe o desafio da triagem e a fartura de alternativas joga o sujeito na vala da indecisão. Quanto mais normas, menos direito. Mais volumosa a informação banal, menos consciência proativa. Menor o espaço para expressão, mais fortes o provincianismo e o mimetismo. Maior o provincianismo, menos interesse há pelo que faz e pensa o outro, o colega que está ao lado.

Fruto de um processo histórico, esta cultura institucional que grassa, e não somente no Brasil, precisa ser combatida. Um dos utensílios contemporâneos de maior eficácia para construção de novos espaços públicos é a internet e, dentro dela, em particular, uma das ferramentas mais atrativas é o blog.

No caso do PPGD da UNISINOS, que já possui mecanismos eficazes de conhecimento mútuo como a revista Estudos Jurídicos, o Anuário e um ritmo intenso de eventos de variadas formas, espera-se que o blog sirva como um amálgama, apto a minimizar as impossibilidades de intercâmbio real dos que estão fisicamente distantes e de contribuir para o incremento da interação entre os atores do programa.

O blog estimulará, ainda, a discussão qualificada sobre temas jurídicos e não jurídicos, servindo, finalmente, como registro do convívio universitário, no sentido mais amplo da expressão, de um grupo numa dada época. E o melhor de tudo, num processo aberto e legível para a sociedade, capaz de abarcar igualmente atores que não fazem parte do programa.

2. Objetivos

- Constituir uma espécie de “corredor virtual” do PPGD, transmitindo informação e incentivando à reflexão sobre variados temas de relevância social, reforçando o amálgama entre docentes, discentes e comunidade;
- Difundir a cultura geral e jurídica, estimulando o contato com as diversas formas artísticas, além da participação em eventos jurídicos, fomentando e registrando a reflexão qualificada sobre as vivências respectivas;
- Conformer um espaço de ressonância rápido e flexível sobre os artigos publicados por professores e alunos do PPGD, além de veicular textos não vocacionados à publicação acadêmica;
- Exercitar a divergência com polidez e combater o “achômetro”;
- Favorecer o conhecimento mútuo dos atores do programa, e reforçar suas relações com a universidade em seu conjunto e com a sociedade, constituindo uma vitrine dinâmica do PPGD por intermédio da Internet;
- Estimular a transdisciplinariedade e convidar ao emprego das artes como elemento da formação jurídica;
- Oferecer uma ferramenta para manter vivo o vínculo com o PPGD do aluno que já concluiu os seus créditos, do professor temporariamente afastado ou dos ex-alunos, e ainda no período de férias;
- Constituir, paulatinamente, um acervo cultural e jurídico que complemente a memória do PPGD e auxilie na formação dos novos alunos.

3. Estrutura

- Notícias (seguimento regular de jornais como Folha de S. Paulo, Zero Hora, El País -Madrid, Le Monde e New York Times, além de revistas especializadas e decisões judiciais relevantes)
- Opinião (ensaios, artigos, crônicas, poesias, desenhos, relatórios, notas, textos acadêmicos)
- Lançamentos (Livros – Música – Teatro – Filmes – Artes Plásticas)
- Agenda (PPGD; UNISINOS, Porto Alegre e região metropolitana; Nacional e Internacional)

4. Equipe

- *Responsáveis:* Deisy Ventura, Jânia Saldanha, José Carlos Moreira da Silva Filho, José Luís Bolzan de Moraes e Têmis Limberger
- *Colaboradores:* Vera Loebens (Secretaria), Anarita Araújo Silveira, Ângela Araújo da Silveira Espíndola, Valéria Ribas do Nascimento (Doutorado), Carla Schaffer, Danilo Simionatto Filho, Daniele Sandri, Carolina Suptitz, Cícero Krupp da Luz, Clarissa Tassinari, Mateus Müller, Priscila Werner e André Chaves (Mestrado) e Natália Ostjen Gonçalves (Graduação).

5. Atualização das rubricas

Aos domingos à noite.